

2. PROPOSTA DE MOÇÃO AOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE NOS COLEGIADOS DO SINGREH

Recomenda a divulgação da identificação dos conselheiros nos colegiados do SINGREH nas páginas das respectivas organizações

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, no uso das competências conferidas pelas Leis nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria nº 377, de 19 de setembro de 2003, e

Considerando a Década Brasileira da Água, instituída pelo Decreto de 22 de março de 2005, cujos objetivos são promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água;

Considerando que a Lei nº 9.433, de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelece como fundamento que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades;

Considerando a importância de se difundir o conhecimento sobre as bacias hidrográficas e os trabalhos em andamento nos colegiados do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos hídricos como ferramenta de incentivo à participação na gestão dos recursos hídricos;

Considerando como informação imprescindível ao exercício da representação a divulgação dos membros que compõem os colegiados e os respectivos meios de comunicação com esses representantes;

Considerando as competências deste Conselho para propor oportunamente recomendações sobre a natureza específica das ações a serem priorizadas ao longo da referida Década Brasileira da Água,

RESOLVE:

Aprovar Moção dirigida aos representantes dos usuários dos recursos hídricos e das organizações civis de recursos hídricos, nos colegiados do SINGREH, recomendando que essas organizações passem a divulgar em suas páginas da *internet*, a sua representação nesses colegiados, possibilitando e facilitando a comunicação dos representados com o seu representante legal.

Para sua implementação, recomenda-se que sejam consideradas como informações básicas além da nomeação dos conselheiros nos referidos colegiados com o respectivo contato, o endereço eletrônico do colegiado em questão, de forma a se constituir em uma informação significativa que possibilite o acompanhamento dos trabalhos e a participação da sociedade.